E aos curadores de menores é que legalmente incumbe promover o internato em execução da decisão das tutorias, com a obrigação de reclamar e recorrer officiosamente das resoluções que desatenderem os seus requerimentos para o internamento, como é preceituado nos §§ 1.º e 4.º do referido artigo 118.º

Este parecer foi votado por unanimidade em conferência da Procuradoria Geral da República.

A bem da Nação.

Procuradoria Geral da República, 1 de Junho de 1936. — O Ajudante do Procurador Geral da República, *Sebastião Coelho de Carvalho*.

Está conforme. — Comando Geral da Polícia de Segurança Pública, 17 de Junho de 1936. — O Comandante Geral, *José Martins Cameira*, coronel.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 26:708

Com fundamento no disposto no artigo 3.º do decreto n.º 24:914, de 10 de Janeiro de 1935, e mediante proposta aprovada pelo Ministro das Finanças, nos termos do mesmo artigo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. Fica a 2.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública autorizada a mandar satisfazer em conta da verba de 2:000.000\$ inscrita no n.º 1) do artigo 417.º, capítulo 22.º, do orçamento do Ministério das Finanças decretado para o ano económico de 1936, a quantia de 1.460\$ de instalações e mudanças dos telefones das residências dos juizes dos Tribunais das Execuções Fiscais de Lisboa e Pôrto, efectuadas nos anos económicos de 1930-1931 e 1932-1933 a 1934-1935.

Publique-se e cumpra-se como nêlé se contém.

Paços do Governo da República, 22 de Junho de 1936. — ANTONÍO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Mário Pais de Sousa* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Manuel Ortins de Bettencourt* — *Armindo Rodrigues Monteiro* — *Joaquim José de Andrade e Silva Abranches* — *Francisco José Vieira Machado* — *António Faria Carneiro Pacheco* — *Pedro Teotónio Pereira* — *Rafael da Silva Neves Duque*.

Decreto-lei n.º 26:709

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º No orçamento do Ministério das Finanças para o corrente ano económico de 1936, em execução do disposto no artigo 25.º do decreto-lei n.º 23:051, de 23 de Setembro de 1933, e de harmonia com o decreto-lei n.º 19:287, de 30 de Janeiro de 1931, é inscrito sob o título de «Despesas que têm como receita compensadora o saldo de contas de anos económicos findos» o seguinte:

Capítulo 1.º — Constituição das Casas do Povo:

Artigo 1.º — Dotações concedidas pelo Estado às Casas do Povo:

- a) Importância destinada ao pagamento de dotações às Casas do Povo, nos termos do artigo 25.º do decreto-lei n.º 23:051, de 23 de Setembro de 1933. 1:190.000\$00

Art. 2.º O Instituto Nacional do Trabalho e Previdência processará as fôlhas necessárias ao pagamento das dotações que forem devidas, nos termos do decreto-lei n.º 23:051, de 23 de Setembro de 1933, e remetê-las-á, depois de aprovadas pelo Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social, à 2.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, que autorizará o seu pagamento dentro da correspondente verba orçamental, sem dependência de qualquer outra formalidade.

Publique-se e cumpra-se como nêlé se contém.

Paços do Governo da República, 22 de Junho de 1936. — ANTONÍO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Mário Pais de Sousa* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Manuel Ortins de Bettencourt* — *Armindo Rodrigues Monteiro* — *Joaquim José de Andrade e Silva Abranches* — *Francisco José Vieira Machado* — *António Faria Carneiro Pacheco* — *Pedro Teotónio Pereira* — *Rafael da Silva Neves Duque*.

MINISTÉRIO DA MARINHA

6.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 26:710

Com fundamento nas disposições do artigo 3.º do decreto-lei n.º 24:914, de 10 de Janeiro de 1935, e mediante proposta aprovada pelo Ministro das Finanças, nos termos do mesmo artigo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. É autorizada a 6.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública a satisfazer, em conta da verba de 300.000\$ inscrita no capítulo 9.º, artigo 280.º «Despesas de anos económicos findos», do orçamento do Ministério da Marinha para o ano económico de 1936, a quantia de 420\$ em dívida ao Hospital Militar Principal de Lisboa pelo tratamento de uma praça da armada durante o periodo decorrido de 14 de Novembro a 12 de Dezembro de 1935.

Publique-se e cumpra-se como nêlé se contém.

Paços do Governo da República, 22 de Junho de 1936. — ANTONÍO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Mário Pais de Sousa* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Manuel Ortins de Bettencourt* — *Armindo Rodrigues Monteiro* — *Joaquim José de Andrade e Silva Abranches* — *Francisco José Vieira Machado* — *António Faria Carneiro Pacheco* — *Pedro Teotónio Pereira* — *Rafael da Silva Neves Duque*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

Direcção Geral dos Serviços de Viação

Decreto-lei n.º 26:711

Tendo o Grémio dos Industriais de Transportes em Automóveis solicitado do Governo urgentes providências no sentido de ser limitado o número de automóveis